



CONTRATO nº 15/2013 - IPHAN

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E CORRELATOS A SEREM REALIZADOS PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, DECORRENTE DO PREGÃO Nº 10/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/IPHAN, E A EMPRESA SOLUTION LOGÍSTICA E EVENTOS LTDA NA FORMA ABAIXO:

O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/IPHAN, com sede no SEPS Quadra 713/913, Lote D, 2º Andar, Brasília/DF, CEP 70.390-135, inscrito no CNPJ sob o nº **26.474.056/0001-71**, tendo em vista a sua natureza jurídica de autarquia federal, a qual possui personalidade jurídica própria e autonomia para celebrar ajustes administrativos, nos termos do Decreto nº 6.844/09, e das Leis nº 8.029/90 e nº 8.113/90, e também da Portaria IPHAN nº 92, de 05 de julho de 2012, neste ato representado pelo Senhor **MARCOS JOSÉ SILVA RÊGO**, Diretor Substituto do Departamento de Planejamento e Administração do IPHAN, nomeado pela Portaria nº. 343, de 30/07/2013, publicada em 31/07/2013, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria IPHAN nº 673, de 16 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº. 200, de 20 de outubro de 2009, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **SOLUTION LOGÍSTICA E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **12.941.636/0001-17**, com sede no SIA Trecho 03 Lotes 1310/20, Sala 318, CEP **71.200-030**, no Município de Brasília/DF, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **MÁRCIO ROBERTO LIMA TEIXEIRA**, portador da Cédula de Identidade nº 1312017 SSP/DF e CPF nº 602.537.621-20, tendo em vista o que consta no Processo nº **01450.010291/2012-51**, e o resultado final do **Pregão nº 10/2012**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, no Decreto nº 2.271, de 1997, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de organização de eventos e correlatos da área central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, sob demanda, em diversas cidades brasileiras, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, montagem de infraestrutura, fornecimento de bens, mão-de-obra e apoio logístico, nos quantitativos e condições constantes no Termo de Referência.

1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão nº 10/2012**, com seus Anexos, e a Proposta da **CONTRATADA**.



1.3. O objeto do presente Contrato será executado após emissão de Ordem de Serviço (O.S.), a qual conterá, além das informações básicas necessárias para sua execução, cronograma detalhado a ser cumprido. Para cada evento será emitida uma Ordem de Serviço, a qual deverá ser executada dentro do prazo indicado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor global estimado deste contrato é de R\$ **8.285.752,10 (oito milhões duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais e dez centavos).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Compete à CONTRATADA:

a) Centralizar em Brasília o comando das ações para a organização dos eventos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde, para esse fim, manterá escritório. A seu critério, o fornecedor poderá utilizar-se de sua matriz ou de seus representantes em outros Estados para serviços de criação e de produção ou outros complementares ou acessórios que venham a ser necessários para a realização do(s) evento(s), desde que garantidas às condições previamente acordadas;

b) No prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de finalização do processo licitatório, o fornecedor deverá comprovar que possui, em Brasília, a partir da assinatura do contrato, estrutura de atendimento compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados ao IPHAN, representada, no mínimo, por:

- 1 (um) Preposto da empresa, representante que tenha poderes legais outorgados pela diretoria da empresa para tomar decisões e responder pela mesma. Esse profissional deverá ter experiência na área de organização de eventos;

- 1 (um) Produtor de Eventos, com experiência comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos e aprovada pelo Iphan, em seminários, feiras, conferências, congressos, eventos de pequeno, médio e grande porte, a ser aprovada pelo IPHAN;

c) Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários, assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, uma vez que seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e entidades vinculadas;



d) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e entidades vinculadas ou do Evento;

e) É proibida, por parte da empresa, a contratação de servidor público, de qualquer esfera governamental, como consultores, estagiários e terceirizados pertencente ao quadro de pessoal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e entidades vinculadas;

f) É proibida a veiculação de publicidade da empresa durante os eventos;

g) A empresa deverá encaminhar, tão logo seja informada sobre o evento, um orçamento prévio contendo a sistematização da execução que atenda às especificações constantes nos Anexo I para apreciação do Departamento de Articulação e Fomento/Ipahan;

h) Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e entidades vinculadas, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

i) Manter, ainda, seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e entidades vinculadas;

j) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização dos serviços;

k) Comunicar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e mudança dos detalhes por parte do Iphan, durante a fase de planejamento do evento;

l) Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as exigências que serão relacionadas no Edital, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, durante a vigência contratual;

m) Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as falhas eventuais, imediatamente após sua verificação;

n) Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo o local do evento sempre em perfeita ordem;

o) Caberá à empresa contratar os serviços eventuais de limpeza e segurança nas localidades definidas pela contratante.

p) A empresa poderá subcontratar os serviços especificados de profissionais especializados, e artistas quando necessário, sendo obrigatório, sempre, a prévia e expressa anuência do IPHAN;



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA
e-mail: pregao.sede@iphan.gov.br



- q) Não realizar alterações no projeto de eventos aprovados pela Iphan, sem a anuência ou determinação expressa dessa, sob pena de glosa dos itens alterados;
- r) Todo o equipamento deverá ser entregue, instalado e testado na véspera (antecedência mínima de 12 horas antes do início do evento). A empresa deverá estar com os equipamentos em pleno funcionamento duas horas antes do início do evento sempre com técnicos responsáveis, tendo a segurança destes sob sua responsabilidade. E deverão ser recolhidos ao final de cada evento, sem ônus adicional para o IPHAN;
- s) A empresa poderá fazer uso dos equipamentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a devida autorização do Gestor da execução dos Serviços;
- t) Responsabilizar-se por eventuais prejuízos decorrentes da não prestação total ou parcial dos serviços especificados neste Termo de Referência, bem como qualquer dano causado por seus empregados ou contratados;
- u) Após a emissão da ordem de serviço apresentar para aprovação prévia 3(três) cotações relativas aos serviços em que exista previsão da cobrança de taxa administrativa de 3% (três por cento), procurando sempre empresas/prestadores de serviço com idoneidade e que pratiquem preços justos mantendo qualidade do serviço de mercado, prevalecendo aquele de menor preço;
- v) Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;
- w) Apresentar mensalmente ao IPHAN a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais, sob pena do não recebimento pelos serviços prestados, até apresentação dos comprovantes;
- x) Quando solicitado serviço de hospedagem a CONTRATADA deverá apresentar, ao término do evento e junto com a Nota Fiscal, o *home list* do hotel que consiste: no nome dos hóspedes, período de hospedagem e da alimentação (almoço e jantar);
- y) Quando da contratação de fornecedores de bens ou serviços necessários para a fiel execução do contrato, as CONTRATADAS obrigam-se a exigir destes as mesmas condições do contrato firmado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, respondendo totalmente por todas as infrações eventualmente cometidas;
- z) O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá, a qualquer tempo e a seu critério, levantar junto ao mercado, orçamentos para a execução dos serviços objeto do presente contrato, sem a intermediação das CONTRATADAS;
- aa) Quando solicitada montagem de estrutura pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar, por meio de contrato de prestação de serviços, contrato de trabalho, ato constitutivo da licitante ou qualquer outro liame jurídico, que demonstre a existência em seu quadro de trabalhadores, à época da solicitação do serviço, profissional detentor de Anotação de



Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT por execução de serviço de características semelhantes ao solicitado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, devidamente registrado/averbado nos respectivos Conselhos.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, em decorrência deste contrato, se obriga a:

- a) Cabe ao IPHAN solicitar a empresa a execução dos serviços com antecedência de 7 (sete) dias por meio do formulário do Anexo II, prestando as informações e os esclarecimentos pertinentes aos eventos, que venham a ser solicitados pelo preposto da empresa;
- b) Permitir o acesso dos empregados da empresa às dependências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do evento para execução dos serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência, quando se fizer necessário, desde que estejam identificados com o crachá da empresa;
- c) Verificar a preparação dos ambientes e a disponibilização dos equipamentos 12 (doze) horas antes da data de realização do evento ou anteriormente conforme necessidades especiais;
- d) Solicitar, em tempo hábil, a substituição ou correção dos serviços ou equipamentos que não tenham sido considerados adequados;
- e) Assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços tendo a condição de solicitar a troca de pessoal, se necessário;
- f) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado pelas demais empresas do ramo, ou por meio de outras atas de registros de preços em vigor, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aqueles praticados pelo fornecedor;
- g) Responsabilizar-se pela realização de pesquisa de preços para aferir o preço praticado no mercado, caso os itens contemplados não constem na Planilha, devendo ser cotados no mínimo 3 (três) propostas;
- h) Fiscalizar o cumprimento das obrigações e acompanhar o andamento dos serviços da empresa;
- i) Emitir, por intermédio da unidade solicitante do evento, pareceres sobre os atos relativos à execução dos serviços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços e à exigência de condições estabelecidas neste processo licitatório e nas cláusulas do contrato;
- j) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com o fornecedor, desde que a mesma apresente comprovantes de quitação de seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais. Efetuando os pagamentos nas datas e prazos estipulados;



- k) Comunicar, por escrito, ao fornecedor, toda e qualquer orientação acerca dos serviços, no prazo de vinte e quatro horas;
- l) Fornecer e colocar à disposição do fornecedor todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- m) Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- n) Notificar ao fornecedor, por escrito e com antecedência, sobre as irregularidades observadas na execução dos serviços;
- o) Autorizar expressa e previamente todos os cronogramas, *lay out*, orçamentos e demais documentos necessários à execução dos serviços;
- p) Designar preposto para acompanhar todas as fases de organização e realização dos eventos;
- q) Determinar o tipo de profissionais necessários para realização de cada tipo de evento;
- r) Comunicar por escrito ao fornecedor qualquer alteração em relação ao evento, quanto à mudança de datas, horários, programação, etc, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A execução das atividades contratuais, em conformidade com as disposições contidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE, por intermédio de um representante especialmente designado para esse ofício.

6.2. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços prestados, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, como fotos impressas do evento, filmagens em DVD e outros que venham a ser demandados pela CONTRATANTE;

7.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços executados e será acompanhada dos demais documentos exigidos neste Termo de Referência;

7.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados;

7.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

7.2.3. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à



irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.2.3.1. não produziu os resultados acordados, constatados mediante a emissão de advertência ou no momento da apresentação da nota fiscal;

7.2.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.3. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

7.4. Caso seja constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, proceder-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, em prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a CONTRATADA regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato;

7.4.1. O prazo acima poderá ser prorrogado a critério da administração, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA;

7.5. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991;

7.6. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável, no que couber;

7.7. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente;

7.9. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.10. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

7.11. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela CONTRATADA;

7.12. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à CONTRATADA será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes;

7.13. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato;

7.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6 / 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

7.15. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária;

7.16. Somente serão pagas as diárias de serviços ou equipamentos ou mobiliários correspondentes aos dias demandados para o evento, não incluindo período/hora de montagem, desmontagem ou permanência, sábados, domingos ou feriados, exceto se expressamente solicitados pelo IPHAN.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS

Os recursos necessários para fazer face às despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do PTRES 066350, Fonte: 0100000000, Elemento de despesa nº 339039, Plano Interno 3HHFL260004, Empenho nº 2013NE800074, Data 27/03/2013.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

9.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DEZ – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência pelo prazo de **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA ONZE – DA RESPONSABILIDADE

11.1. A CONTRATADA é integralmente responsável pela perfeita execução dos serviços, respondendo por eventuais danos e/ou prejuízos que vierem a ocorrer ao CONTRATANTE, aos servidores ou a terceiros, por ação ou omissão da CONTRATADA de seus prepostos e/ou empregados, adotando no prazo de **quarenta e oito (48)** horas as providências que forem indicadas pelo CONTRATANTE, para ressarcimento dos prejuízos;

11.2. O fato de o contratante ter representante designado para a fiscalização dos serviços, não reduz ou exonera a CONTRATADA de sua responsabilidade;



11.3. A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento dos empregados que venham a estar envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato, no que se refere ao salário, alimentação, transporte, seguro e/ou indenização por acidente, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, e quaisquer outros, de toda e qualquer natureza, que versem sobre a execução dos serviços prestados ao CONTRATANTE, bem como pelo pagamento de equipamentos e materiais para tanto necessários.

CLÁUSULA DOZE – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA TREZE – DAS PENALIDADES

13.1. A CONTRATADA ficará sujeita com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, a penalidades, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo. A CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência por escrito que poderá ser aplicada quando ocorrer:

a.1 - descumprimento das obrigações Editalícias ou contratuais que acarretem prejuízos para o IPHAN;

a.2 - execução insatisfatória, ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

b) multa, nas seguintes hipóteses:

b.1 – 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, incidentes sobre o valor global do contrato, limitada a incidência a 30 dias;

b.2 – 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de atraso na execução do objeto por período superior a 30 dias, caracterizando inexecução parcial do contrato;

b.3 – 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do contrato;

b.4 – até 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo.

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IPHAN, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF.



e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.2. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE ou deduzida de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

13.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

13.4. A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

13.4.1. apresentação de documentos falsos ou falsificados;

13.4.2. retirada da proposta, após a fase de habilitação, sem que a Comissão de Licitação tenha aceito as justificativas apresentadas;

13.4.3. recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo IPHAN;

13.4.4. reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;

13.4.5. atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;

13.4.6. reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;

13.4.7. irregularidades que ensejem a frustração da licitação ou a rescisão contratual;

13.4.8. condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.9. prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou prejudicar a execução do contrato;

13.4.10. prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA idoneidade para contratar com o IPHAN.

13.5. A aplicação da multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato;

13.6. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do item 14.1. poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b" do mesmo subitem;



13.7. Será facultada à CONTRATADA a apresentação de defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias, após a notificação, para as penalidades de advertência, multa e suspensão, e prazo de 10 (dez) dias para a penalidade de declaração de inidoneidade;

13.8. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes;

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

13.10. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA QUATORZE – DA GARANTIA FINANCEIRA

14.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 1% (um por cento) do valor total anual atualizado do Contrato, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

d. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

14.3. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 16.2 imediatamente anterior.

14.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do IPHAN.

14.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento), correspondentes ao atraso de 30 (trinta) dias.

14.6. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do

[Assinatura manuscrita]



contrato, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do IPHAN.

14.7. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital e das cláusulas contratuais.

14.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo IPHAN com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

14.9. Será considerada extinta a garantia:

a. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e

b. No prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

14.10. O IPHAN não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a. Caso fortuito ou força maior;

b. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

d. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

14.10. Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas "c" e "d" do item 16.10, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo IPHAN.

14.11. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

14.11.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

14.11.2. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

14.11.3. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

14.11.4. Após a execução do Contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

14.11.5. Em caso de encerramento da vigência do Contrato, ou rescisão contratual, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.12. Caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na



execução contratual, conforme artigo 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008 e autorização expressa a ser concedida pela CONTRATADA no momento da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA QUINZE – DA RESCISÃO

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA outros direitos, especialmente o de indenização, além daqueles referentes aos serviços prestados, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, notadamente quando se verificar um ou mais dos motivos abaixo, ensejados pela CONTRATADA:

- a. não cumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer cláusulas ou condições deste contrato;
- b. subcontratação total ou parcial do objeto deste sem expressa anuência do CONTRATANTE, exceto aquelas oriundas do credenciamento de estabelecimento para a prestação dos serviços de assistência previstos neste contrato;
- c. desatendimento às determinações regularmente emanadas do CONTRATANTE;
- d. reiterado cometimento de falhas na execução deste Contrato.

15.2. O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido por acordo entre as partes, sem prejuízo das penalidades, cabíveis, mediante prévia e expressa comunicação de uma parte a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, a qual deverá ser expressamente indicada, justificada e demonstrada mediante documentos hábeis, juntados ao “processo”.

15.3. A rescisão deverá sempre ser precedida de expressa fundamentação e autorização e, se for o caso, terá suas condições consignadas em termo próprio.

15.4. Caso venha a ser rescindido o presente contrato, independentemente das causas da rescisão, fica a CONTRATADA obrigada a arcar com o ônus decorrente dos serviços que porventura venham a ser prestados aos beneficiários do CONTRATANTE após a rescisão.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União, será providenciada pelo CONTRATANTE, em até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura, o mesmo ocorrendo em caso de aditamento.



CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal-Justiça Federal, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, competente para dirimir controvérsias que possam decorrer da execução deste instrumento, ficando desde já, consignado que na hipótese de casos omissos prevalecerão as disposições constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais normas pertinentes a espécie.


E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor, forma e data, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília, 13 de agosto de 2013.



MARCOS JOSÉ SILVA RÊGO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
CONTRATANTE



MÁRCIO ROBERTO LIMA TEIXEIRA
SOLUTION LOGÍSTICA E EVENTOS LTDA
CONTRATADA